

## A CASA MARBACK

Carlos Ott

Escrever na Bahia a história de uma casa particular, é uma coisa muito difícil, pois não existem praticamente arquivos particulares. É preciso pois procurar inventários, testamentos e outras fontes semelhantes, em arquivos públicos ou semipúblicos, para com estes tijolos espalhados reconstruir, aos poucos, a história da construção e conservação de um Solar.

No presente caso, a situação é um pouco diferente, pois embora o Solar Marback tenha sido construído por um brasileiro, foi adquirido posteriormente por um cidadão de origem inglesa, uma nação conhecida por seu tradicionalismo; assim acontece que da primeira parte quase não possuímos documentação, bastante vasta, contudo, em sua segunda parte.

*Universitas*, Salvador N° 21: ( - 67 ) 1978.

Até se formar a compreensão pelas coisas do passado, leva muito tempo e representa um dos elementos culturais adiantados, também só formado na Europa no decorrer do séc. XIX e em países de língua germânica. Mesmo em tempos anteriores já tinham conservado com maior cuidado que em países latinos, documentos antigos. E quando se formou então na mesma área cultural o espírito histórico crítico, começou logo a discussão sobre as listas de Reis, de bispos, de abades etc., que até então tinham servido como manuais do ensino de história alemã. Desta discussão ia nascer aos poucos o novo espírito crítico que é a base da nova historiografia.

Devido às listas dos Reis e abades, antigamente até transmitidas por tradição oral, nasceram as linhas sucessórias dos donos de castelos e solares; e daí surgiram os estudos genealógicos em tempos mais modernos.

Os povos latinos não se apegaram, porém, às casas paternas, como os povos nórdicos e, por isso, não cuidavam das linhas sucessórias de suas casas, a não ser para fins de passar escrituras de venda, o que é de épocas mais recentes. Assim sendo, solares situados em países latinos possuem apenas suas lendas e contos (como o nosso Paço do Saldanha), mas não arquivos próprios com cujo auxílio se possa reconstruir a sua edificação e reconstrução. E quando uma geração conservou as folhas de pagamento, os recibos e as plantas arquitetônicas, a seguinte entregou-os ao fogo por considerá-los inúteis. Isso aconteceu nas Ordens Terceiras de São Francisco e de São Domingos na Bahia, quanto mais em casas particulares.

Além disso, os povos latinos só vivem para o dia de hoje, não pensam no amanhã, na geração seguinte. Não são previdentes. Não guardam os pagamentos feitos a pedreiros e carpinteiros quando fizeram suas casas; e assim gerações futuras não sabem nada sobre a construção das casas de seus antepassados. E se nem nas igrejas baianas se conservaram as plantas arquitetônicas, quanto menos em casas particulares; acharam que, uma vez feito um edifício, não precisava mais ser guardada a planta que lhe serviu de base. É de admirar que, já em Minas Gerais, não costumavam pensar assim, pois lá se conservaram plantas arquitetônicas do Aleijadinho, o que porém pode representar um feliz acaso; não há nenhuma regra sem exceção.

O brasileiro vive muito apegado à sua família, mas não à sua casa; este apego estende-se apenas à geração presente, nem à passada e nem tão pouco à futura. Foi o ambiente geográfico que criou esta mentalidade nascida na área cultural do Mediterrâneo, onde o homem, depois do trabalho, descansa em frente a sua casa; e só se recolhe no seu interior para dormir.

O homem nórdico é apegado à sua casa paterna e não a vende facilmente. Os filhos que emigram sempre conservam o direito de morar na casa paterna, mesmo não recebendo nenhuma outra herança. Foi outra vez o ambiente geográfico frio que criou esta mentalidade. O

homem nórdico, depois do trabalho, descansa dentro de sua casa, lendo, fumando cachimbo, conversando, etc, por isso uma casa nórdica apresenta mais conforto no seu interior do que a mediterrânea. Nas janelas não faltam cortinas, mesmo na casa do camponês, e são freqüentes tapetes no chão, mobílias bem trabalhadas que passam de geração em geração, criando o aconchego de um ninho quente no meio de um ambiente frio e hostil.

São observações introdutórias, mas importantes, no estudo do Solar Marback, pois aí se juntaram as duas mentalidades culturais: a mediterrânea e a nórdica.

Quem reuniu e conservou o material histórico da Casa Marback foi o espírito nórdico de Henrique Samuel Marback, nascido em Liverpool, em 1788. Não sabemos por que este homem veio à Bahia, se foi na onda da imigração estrangeira que seguiu à abertura dos portos brasileiros, ou se foi um oficial de um navio de guerra da velha Albion que neste tempo começou a dominar os mares, no caso o Oceano Atlântico, sob o pretexto humanitário de exterminar o mercado dos escravos entre a Bahia e a Costa de Guiné. Certo é que o espírito deste homem, até hoje, está perambulando pelo Solar Marback, sem porém assustar a nenhum dos seus moradores. Mas, como todo inglês, ele é muito tradicionalista; não modificou as formas arquitetônicas dadas pelo construtor brasileiro.

Depois de lida esta história, um novelista brasileiro talvez se sinta inspirado para escrever a história dos moradores do Solar Marback. Possuímos tão poucos contos históricos na Bahia (embora sem razão) que precisamos favorecer a origem de novelas e romances, pois material não falta para isso.

Vejamos pois a história da Casa Marback.

Quando escrevemos a história de um edifício, procuramos saber primeiro se foi bem ou mal implantado.

Foi um dos assuntos pouco estudados pela arquitetura portuguesa. Observamos por isso que as casas particulares freqüentemente são mal implantadas na topografia local, predominando mais motivos de vaidade do que os de utilidade prática. Assim, é freqüente vermos solares antigos e casas grã-finas modernas, onde o sol da tarde bate na sala de morar, quando esta devia ser inundada pelos raios solares matutinos que são os mais saudáveis e mais agradáveis. Na implantação dos conventos baianos, observamos, porém, bem aplicado este princípio. Os Frades sabiam escolher os melhores lugares para os seus conventos; e nas janelas pequenas das celas dos Frades batem os raios solares matutinos. É o que observamos nos Conventos de São Francisco, do Carmo, de São Bento, os mais antigos da Cidade do Salvador, quando os Frades ainda podiam escolher terrenos onde se estabelecer. Os Teresianos, os Capuchinhos, as

Clarissas já tiveram mais dificuldade na escolha dos terrenos. A mesma coisa se deu quando se edificaram os grandes Solares: a Casa dos Sete Candeeiros, o palacete Berquó, o Paço Saldanha.

A dificuldade de acharem terrenos perdurou enquanto fizeram questão de edificar suas casas, dentro do âmbito das antigas portas da Cidade de São Bento e do Carmo. Na segunda metade do séc. XVII, romperam definitivamente as portas e muralhas fictícias da antiga Cidade e se estabeleceram em Nazaré e na península de Itapagipe, onde não havia falta de espaço; mas agiam como se houvesse. Nas vilas do Interior da Bahia, observamos o mesmo fato: predominou o costume antigo de um construir a sua casa junto de outro. Era o espírito medieval que ainda perdurava e ia se estender até os tempos mais modernos.

A Casa Marback foi construída e implantada num tempo em que já existia a Igreja do Bonfim e funcionava como Santuário, atraindo massas humanas, tanto da Cidade do Salvador como do Interior da Bahia. Não conhecemos documentos que indigitassem diretamente o homem responsável pela implantação da Casa Marback. Mas um dos papéis mais velhos, ligados a este Solar, e que data de 1828, permite tirar a conclusão de ter sido Luiz da Penha França o responsável por sua implantação.

Este homem e sua mulher, Ana Luísa de Santo Antônio, aos 10 de maio de 1828, venderam ao Coronel Francisco Maria Sodré Pereira o seu "sobrado de dous andares no princípio da ladeira do Senhor do Bonfim", pelo preço de 4.800\$00 (quatro contos e oitocentos mil réis) (1).

Até aí, nada de extraordinário. Quando porém são especificadas as condições do pagamento da casa, acrescenta-se uma observação de grande importância para o historiador. Somos informados aí da existência de um patrimônio no valor de 600\$000 (seiscentos mil réis) "que existe no referido sobrado a respeito de seu filho o Reverendo Antônio da Costa Batista" (2).

A diferença do sobrenome do Padre parece indicar tratar-se filho natural ou adotivo, o que, no nosso caso, não tem importância.

O que é de interesse para nós é o seguinte: Luiz da Penha França tinha um filho Padre para o qual deixou um patrimônio no valor de 600\$000. Não lhe podia deixar a casa toda, porque não era homem rico e precisava do restante para comprar ou alugar uma casa mais barata, onde passasse com sua mulher seus últimos dias. O filho tinha sua profissão de que podia viver. Mas certamente era filho mimado que não queria ir para o sertão onde vagavam inúmeras freguesias. Entretanto, a vida lá era dura e penosa. Morando na sombra de um Santuário legítimo

(que então já era a igreja do Bonfim), podia-se viver mais confortavelmente, pois aqui não faltavam espórtulas de missas diárias bem pagas que lhe permitiam viver disso.

Assim parece estar explicada a implantação do Solar Marback, embora apenas com certa probabilidade e não com certeza que, em assuntos históricos, só possuímos quando o documento diz explicitamente alguma coisa, o que é muito raro em tais questões de implantação de que nem no melhores arquivos da Cidade (como nos da St. Casa de Misericórdia ou da Ordem 3ª do Carmo) encontramos referências, pois não interessava naquele tempo.

Chegamos ao segundo ponto: por que o Solar Marback possui formas de uma igreja?

Se não quisermos admitir a hipótese (pouco provável) de ter sido construído o edifício como igreja, fato é que o Solar Marback possui a forma de um templo, tipicamente brasileiro, de uma nave com amplos consistórios de ambos os lados.

Qual o arquiteto que ia construir uma casa particular em forma de igreja?

Nenhum.

Tal idéia absurda só podia nascer na cabeça de um homem de pouca cultura, mas muito dedicado à igreja.

Tentamos, outra vez, uma explicação deste fato fora do comum a qual nos parece ser a seguinte: Quando o filho de Luiz da Penha França ainda era seminarista, frequentava muito as igrejas durante as férias, muitas vezes acompanhado pelo pai. Passavam horas a fio no consistório fresco, bem ventilado, que, em muitas igrejas, servia como moradia do Padre, em conversas agradáveis; e ambos tomavam gosto por este tipo de casa improvisada. E quando chegaram a construir sua própria casa na baixada do Bonfim, aos pés da ladeira do Santuário, resolveram fazê-la em forma de uma igreja. Era uma idéia exótica que só podia nascer na cabeça de um homem sem grande cultura e bem teimoso, pois não o fosse, teria aproveitado apenas alguns elementos, a exemplo do varandado do consistório, deixando porém de lado o espaço de uma nave, na qual só se podiam instalar quartos escuros, sem ventilação, atravessados no meio apenas por corredores com vento encañado.

Entretanto, levemos em consideração que a casa baiana, uma encostada na outra, sem janelas nos quartos e corredor no meio deles, entrando o ar fresco apenas pela porta da frente, apresentava os mesmos

inconvenientes desta igreja-casa que é a Casa Marback. Do outro lado, quartos instalados debaixo de telha vã não sofriam falta de ventilação; e quartos escuros podiam ser transformados em depósitos ou moradias de escravos que freqüentemente moravam dentro de casa, como até hoje se pode observar em solares antigos de Cachoeira e outras cidades do recôncavo baiano, onde se conservaram os costumes antigos mais do que na Cidade do Salvador. E assim os escravos tinham menos possibilidades de fugir.

Do outro lado, a parte superior da nave da igreja transformou-se num mirante **retangular**, elemento arquitetônico muito apreciado tanto em Conventos baianos (como no Desterro, na Lapa, na Soledade, no antigo Recolhimento da Santa Casa de Misericórdia) em Engenhos de açúcar do Recôncavo baiano e em sobrados do Interior (como em Catu, Livramento, Minas do Rio de Contas, etc.).

Certo é que a Bahia ficou enriquecida com um novo elemento cultural na sua arquitetura civil. Se esta inovação deve ser classificada como arte popular ou exótica, deixamos a critério do leitor; certamente não se pode designar como arte erudita. Mas, atualmente, apreciamos tanto a arte popular como a exótica, que são menos monótonas que a arte erudita, principalmente a que se praticava antigamente na Bahia. Poucos tinham a coragem de enfrentar os artistas portugueses que vinham para cá e, na maior parte, reproduziam apenas o que tinham visto na Metrópole, trazendo, raríssimas vezes, idéias novas. Mas ridicularizavam qualquer brasileiro que quisesse realizar projetos próprios. Esta atitude sufocou durante muito tempo o surgimento de uma arquitetura regional baiana.

O novo bairro do Bonfim estava porém fora da Cidade do Salvador. Aí era mais fácil construir conforme o gosto individual. Em casas de campo sempre se dá maior liberdade individual. Por outro lado, uma casa dessas, de inúmeros quartos, dava possibilidade de se ganhar algum dinheiro ao cedê-los por uma noite ou outra a peregrinos que vinham para o Santuário do Bonfim, não somente da Cidade do Salvador, mas também do Interior do Estado da Bahia e até de outros Estados. Pessoas do povo alojavam-se nos corredores da Igreja do Bonfim, pendurando aí suas redes ou dormindo no chão. Outros pagavam um aluguel modesto nas casas alugadas pela Irmandade. Mas outros, de melhor situação financeira, hospedavam-se em casas da vizinhança.

A viagem da Cidade para o Bonfim, antigamente, era demorada e dispendiosa, pois ainda não havia bondes puxados por burros, na primeira metade do séc. XIX. E o povo humilde não se podia permitir o luxo de alugar uma cadeira de arruar, pois em 1858 uma viagem dessas da Cidade ao Bonfim custava 4\$000 (quatro contos de réis) (3). É verdade

que meio século antes, tempo aproximado da construção do Solar Marback, uma viagem dessas não saía tão cara, mas também se ganhava menos. A inflação começou depois da Independência do Brasil, visto que tinham que procurar novos mercados para a exportação brasileira. Portugal nunca consumira todos os produtos brasileiros, como açúcar, fumo, peles, etc.; mas distribuía-os pela Europa, principalmente por intermédio de seu antigo inimigo, a Holanda. Com a Independência política, o Brasil perdeu esta organização e teve que procurar novos intermediários e novos mercados. Já que isso demorou alguns anos e as mercadorias não tiveram saída, a moeda brasileira desvalorizou-se em 50% numa geração. Em 1812, uma arroba de carne de sertão custava 1\$160 (4), mas, em 1846 já saía a 2\$600 (5). Daí podemos tirar a conclusão de que antes da Independência uma viagem da Cidade ao Bonfim custava apenas a quantia de dois contos de réis. O salário mínimo diário, naquele tempo, ainda era uma pataca ou 320 réis. Entretanto, apenas mestres pedreiros ganhavam isso, ao passo que serventes tinham que se contentar com a metade ou 160 réis (6). Quem podia se permitir, pois, o luxo de ir da Cidade à Igreja do Bonfim em cadeira de arruar eram apenas alguns poucos ricos.

É verdade que ainda se podia fazer esta viagem de traquitana, que eram carruagens de quatro rodas puxadas por burros ou cavalos. O preço de uma viagem dessas era menor do que uma cadeira de arruar, mas sempre inacessível à bolsa do povo, para o qual então ficava apenas a viagem marítima bem demorada ou a viagem a pé. Em ambos os casos, pessoas pobres levavam dois a três dias para pagar uma promessa ao Senhor do Bonfim.

O aumento crescente destas romarias à Igreja do Bonfim teve como conseqüência natural a construção de muitas casas no bairro novo, em redor do Santuário. E muita gente que abria armazéns e lojas fixava aí residência, o que contribuiu para a valorização dos terrenos e das casas já construídas.

Luiz da Penha França, que tinha um filho Padre, arranhou para ele uma vida sossegada, tendo sua missa diária assegurada na Igreja do Bonfim. Arrendou o terreno em que ia construir o Solar Marback das mãos de D. Joana Teodora Soares Serpa que era proprietária das terras da colina do Bonfim e de Monte Serrat. Quando esta mulher ainda era de menor idade, seu tio, o Padre José de Oliveira Serpa no papel de seu tutor, aos 4 de fevereiro de 1752, doou parte destes terrenos à Igreja do Bonfim. Já que esta doação tinha sido considerada ilegal, a dita D. Joana Teodora, então mulher do Capitão João Soares Nogueira, aos 15 de novembro de 1788, confirmou a doação, com a condição de ambos e seus descendentes terem o direito de ser sepultados na capela-mor da Igreja, como era costume no Brasil. Mas, quando o Capitão morreu e não foi sepultado na Igreja, ela quis desfazer a doação. A Irmandade do Senhor

do Bonfim respondeu porém às reclamações alegando que seu marido não fora enterrado na igreja, não porque eles tivessem negado este direito, e sim por não ter sido solicitado. Diante de tal argumento, D. Joana Teodora não levou adiante o processo da anulação dos terrenos doados. Mas o terreno arrendado de D. Joana Teodora Soares Serpa por Luiz da Penha França ficou fora da área doada à Igreja do Bonfim e tinha 44 braças (96,80m em quadrado), dimensões razoáveis, embora modestas, para a construção de uma mansão. O valor de seu arrendamento, por ano era de 6\$400, sinal de que Luiz da Penha França não era homem rico. Só o quarto proprietário da Casa Marback, Samuel Augusto Marback comprou o terreno, já das mãos dos netos de D. Joana Teodora, pagando a quantia considerável para aquele tempo de 1.320\$000 réis (7). Estavam atrasados os arrendamentos desde 1837 (8), dívida liquidada na mesma ocasião (8).

Só no decorrer dos tempos seguintes surgiram também outras casas, ladeira para cima (9).

Provavelmente foi o problema da água que fez Luiz da Penha França escolher o primeiro terreno da baixada, pois aí tinha certeza de encontrar água, o que era pouco provável nos terrenos situados mais para cima. E, naquele tempo, não havia água encanada; de sorte que preferiam aguentar os mosquitos dos terrenos pantanosos da baixada do Bonfim, tendo certeza de haver água no seu terreno. E foi certamente por isso que Luiz da Penha França resolveu fazer uma casa de sobrado: assim ia pegar a ventilação fresca e não ia ser muito incomodado pelos mosquitos. Por outro lado, o terreno era de esquina, e plano, oferecendo duas vantagens: uma de não ser importunado por vizinhos, outra, a de ter espaço suficiente para o plantio de mangueiras, coqueiros e outras árvores frutíferas, o que ia valorizar, mesmo uma casa modesta. E deve ter sido esta circunstância que despertou o interesse de Henrique Samuel Marback, nascido na Inglaterra, país onde sempre se apreciavam árvores frutíferas em redor de moradias.

O leitor que nós seguiu até aqui deve ter observado que possuímos poucas fontes sobre a primeira fase da Casa Marback, mas sempre suficientes para reconstruir os dados essenciais. Também acresce a circunstância de se tratar de uma casa construída no séc. XIX. Entretanto, se quisermos escrever a história de outras casas edificadas no mesmo tempo, tatearemos completamente no escuro. E, no caso presente, não encontramos motivos decorativos característicos de determinados anos que, na reconstrução da história das igrejas baianas, são muito úteis e permitem inúmeras vezes a datação de sua construção com pequena margem de erros.

O segundo proprietário da Casa Marback foi o Coronel Francisco Maria Sodré Pereira. Foi o tempo da decadência do Solar Marback. Este



proprietário nem pagou o arrendamento do terreno. Daí podemos tirar a conclusão de se ter interessado muito pouco pela conservação da Casa que não se arruinou totalmente por ter sido de boa construção.

Quando, em 1828, o Coronel Francisco Maria Sodré Pereira comprou o Solar das mãos de Luiz da Penha França (10), ele pagou à vista apenas a metade do preço estipulado obrigando-se, a liquidar o restante dentro de um ano, dando disso uma **letra** abandonada por duas firmas da Praça.

Uma dessas firmas foi a de Robertson, Melo e Cia.. Já que o dito Sodré não pagou a nota promissória, a Firma teve que entrar com o restante, ficando com o Solar até 1841. E, em doze anos, o que ela gastou na restauração da Casa Marback contribuiu para que fosse à falência.

O Solar foi a leilão. Neste momento crítico, outro inglês, Henrique Samuel Marback, oriundo de Liverpool, estendeu a mão a Teófilo e Lucreia Melo, sócios da Firma, já então Robertson havia falecido emprestando-lhes o dinheiro necessário para fazer-lhe a liquidação jurídica. Não era negócio seguro, como se pode ver pelas dificuldades jurídicas que Teófilo de Melo teve que enfrentar durante anos até vencer e salvar, ao menos, a propriedade da Baixa do Bonfim.

Mas o velho Marback, desejando retirar-se dos negócios que tinha na Cidade do Salvador, por qualquer motivo não quis voltar à Inglaterra como costumam fazer seus compatriotas, estava à procura de uma casa tranquila, situada num subúrbio, onde pudesse passar tranquilamente os últimos anos de sua vida. Quem tratou da compra do Solar do Bonfim já foi seu filho, Samuel Augusto Marback, nascido na Bahia, do consórcio de Henrique Samuel Marback com Augusta da Silva Marback. Entretanto, quem preparava a papelada da compra ainda era o pai, embora apenas nos bastidores, pois ele não era naturalizado, continuava súdito britânico. Não era porém de sangue inglês puro, o que resulta de duas coisas, primeiro do seu casamento com uma brasileira e, em segundo lugar do nome Samuel que ele também fez questão de dar ao filho. Nomes bíblicos deste gênero, devido a influência da imperatriz austríaca Maria Tereza, só eram usados por judeus. E o sobrenome **Marback** confirma esta hipótese, pois vem de **Marbach**, nome de uma vila alemã, situada em Wuerttemberg e na qual nasceu o célebre poeta Frederico Schiller. Certamente foi o pai de Henrique Samuel Marback que emigrou da Alemanha e deu forma britânica a este nome quando adquiriu a cidadania inglesa. São conhecidas inúmeras transformações de sobrenomes alemães deste gênero de emigrantes judaicos **Gruenberg** transformou-se em **Greenberg**, **Wolf**, em **Woolf**, e assim por diante.

Levando em consideração esta descendência, não admira de querer ficar o velho Henrique Samuel Marback na Bahia e de comprar

uma casa velha, construída mais em estilo regional do que erudito. Mas mangueiras e os coqueiros que rodeavam a casa, davam-lhe um aspecto bucólico, disfarçando-lhe as formas exóticas. Provavelmente ele nem percebeu que o Solar possuía a forma de uma igreja católica; mas, se soubesse, não ia deixar de comprar a casa por este motivo.

Por outro lado, estabelecendo-se aos pés de um santuário, havia possibilidade de abrir na sua casa uma loja de lembranças para os romeiros, que sempre era um ramo bastante lucrativo. E naquele tempo importavam-se mais as imagens de santos da Europa, principalmente da França, e se fabricavam pouco na Bahia; estampas coloridas com a imagem do Senhor do Bonfim, vinham todas do estrangeiro e tinham boa aceitação da parte dos romeiros baianos. Negociante velho logo vê tais vantagens e não deixa escapar a chance de ganhar mais alguma coisa nos seus últimos dias.

A aculturação fácil ao ambiente brasileiro de Henrique Samuel Marback conservou-se no seu filho Samuel Augusto Margback. Nascido no Brasil e possuindo por isso cidadania brasileira, quando chegou à maioridade, não tratou de adquirir cidadania inglesa (11), o que a legislação daquele tempo permitia e dava vantagens econômicas na vida de um negociante, outra herança paterna.

Apesar das dificuldades iniciais, Teófilo de Melo certamente orientado pelo velho Henrique Samuel Marback, conseguiu que a casa da baixada do Bonfim fosse adjudicada à Firma Robertson, Melo e Cia. (12), cuidando logo de sua restauração. Mandou fazer um andaime para proteger uma parede prestes a cair (13). Tanto esta circunstância como a avaliação da casa em apenas 2.000\$000 réis são sinais evidentes do estado desolador em que se encontrava o Solar da baixada do Bonfim, em 1855, depois de uma inflação de 50% da moeda brasileira, já mencionada.

A soma total das despesas com a liquidação da Firma Robertson, Melo e Cia. foi de 1.213\$284. correndo tudo por conta de Samuel Augusto Marback. Não sobrou grande coisa para os herdeiros da Firma, que foram Teófilo e Lucrecia de Melo (14). Teófilo de Melo ficou tão pobre que, desde outubro de 1855, era sustentado por Samuel Augusto Marback com o qual fizera um contrato particular, posteriormente registrado em escritura pública, de lhe deixar o Solar do Bonfim com a condição de este lhe pagar mensalmente 60\$000 e mais 100\$000 cada ano (15). Só isso mostra a extrema miséria em que ficou Teófilo de Melo. Possuímos os recibos destas pensões mensais, de outubro de 1855 até março de 1856, fazendo a soma total de 360\$000 (16).

A situação financeira de Teófilo de Melo melhorou consideravelmente aos 12 de abril de 1856, quando recebeu uma herança principesca de 100.000,00 francos franceses que seu tio lhe tinha deixado ao morrer

em Versalhes. Para tanto constituiu seu procurador Henrique Samuel Marback que lhe adiantou imediatamente 32.000\$000 (17).

O adiantamento de tal soma mostra a excelente situação financeira em que se encontrava a família Marback.

O espírito providente europeu dos Marback revelou-se no fato de, já em 1855 e 1856, mandarem fazer algumas obras mais urgentes de reparo no Solar do Bonfim, embora a casa só lhes fosse adjudicada definitivamente, em 1857. Não vamos cansar o leitor paciente com a enumeração minuciosa de todo o material gasto nestas obras de restauração, religiosamente guardado até hoje no arquivo da Casa Marback. O que nos interessa é um resumo de todas estas despesas pagas aos operários.

Surge, porém a pergunta: Será que se conservaram todos os recibos das obras feitas neste tempo, ou apenas alguns? Em outras palavras, os recibos permitem a reconstrução de todas as obras feitas entre 1855-1858 ou apenas de algumas? Creio que se conservaram todos os recibos, o que se baseia na seguinte argumentação.

Henrique Samuel Marback providenciou cópias duplas de todas as escrituras, ligadas direta ou indiretamente ao Solar do Bonfim. Até as escrituras das casas vizinhas interessavam ao seu espírito providente, só pelo fato de mencionarem seu Solar como vizinho. Desse interesse podemos concluir que ele queria organizar um arquivo completo de sua casa; então, não ia deixar de guardar cuidadosamente todos os recibos relacionados às obras feitas aí entre 1855-1858, tanto mais que, nos primeiros anos desta restauração, a casa legalmente ainda não era dele. E caso surgisse qualquer problema, ele podia cobrar as despesas já feitas com os recibos nas mãos.

Daí também podemos concluir que só foram feitas as obras de restauração mencionadas nos recibos, e não outras.

A avaliação do Solar deste tempo fala do "estado ruinoso em que se achava a dita casa" (18), o que não se deve interpretar ao pé da letra. O historiador já conhece a linguagem exagerada dos povos latinos que gostam de usar o superlativo. Aí se manifesta novamente a necessidade da psicologia racial a ser levada em consideração na interpretação de fontes históricas.

Vejamos pois as obras de restauração que foram executadas no Solar, entre 1855-1858.

Da lista modesta de madeira que se gastou, entre 1855-1857, constam apenas 3 frechaes ou vigas, 31 vigotas mais grossas e 13 1/2

dúzias de vigotas mais finas. Além disso, são mencionadas 13 pranchas, 39 1/2 tábuas de madeira de lei (cedro, louro), 20 dúzias de tábuas de pinho e mais 10 dúzias de ripas (19). Daí se pode concluir que se tratava nestas primeiras obras, antes de tudo, da restauração dos telhados para impedir a invasão das águas pluviais que, durante anos seguidos, tinham estragado os tabuados pesados e largos de vinhático, de cuja restauração porém ainda não se fala. E, evidentemente, estava arruinada mais de uma janela que se fechava provisoriamente com tábuas baratas de pinho. De toda esta restauração mais urgente, mas provisória, ficou encarregado o mestre carpinteiro Marcelino Alves Souza que trabalhou aí com vários auxiliares (20).

A maior parte destas obras de restauração foi executada durante o mês de abril de 1857, quando começava a chover e havendo necessidade de se reconstruir uma parede inteira, a época não era favorável. A caixa do Solar estava intacta, o que resulta de recibos de 1858 onde só se fala em tapar buracos e fendas em paredes.

Aconteceu, porém, já em agosto de 1857, que se mandaram comprar três **Cossueiras** ou vigas fortes, e mais quatro tábuas de louro, saindo tudo por 59\$000 (21). A conta total da madeira anteriormente comprada saíra a 415\$680 e a mão-de-obra a 399\$700, somando tudo 815\$380 (22).

Outra conta comprida, mas não muito alta, foi a de ferragens necessárias para as obras de restauração, em 1857; trata-se de pregos, parafusos, missagras ou dobradiças para as portas e janelas, como fechaduras e trancas, custando tudo 225\$550 (23). É especialmente interessante a menção de **trancas**, elemento cultural tipicamente lusitano, o que mostra, por sua vez, o espírito equilibrado dos Marback que não arrancaram as guilhotinas com os postigos, atrás dos quais se colocavam as trancas. Uma palavra, às vezes, permite tirar maiores conclusões.

Foram também renovadas as bicas do Solar, tudo a cargo do latoeiro Vicente Ferreira de Campos. O material e a mão-de-obra saíram a 224\$100 (24). Isso nos permite novamente concluir que usaram a água pluvial, pois, naquele tempo, ainda não havia água encanada, dependendo de fontes naturais que, no verão, frequentemente desciam muito no nível, havendo necessidade de outras reservas de água para o gasto comum.

A intenção era, pois, tornar outra vez habitável a casa. E dentro dela, aos poucos, fizeram-se melhoramentos, como se vê pela compra de colunas de ferro e de dois candeeiros, em 1858, por 149\$800 (25). O pintor João Fernandes de Macedo bronzeou estas duas colunas de ferro, assentou dois lampiões e pintou duas grades. Igualmente se mandou consertar uma bomba para puxar água da cisterna (26). Tudo isso saiu a

30§560 (27) e mostra a vontade dos Marback de ocupar definitivamente o Solar que agora já lhes pertencia legalmente.

E aí introduziu uma novidade; não se contentavam, à maneira lusitana, de apenas pintar as portas e janelas com óleo e, no máximo, ainda um rodapé. Ao europeu setentrional isso era demasiadamente modesto e frio. Os Marback trouxeram o gosto inglês e alemão dos tapetes-papel com estampados vivos de flores ou de motivos decorativos com que enfeitavam as paredes. Era uma novidade na Bahia, e só no fim do séc. XIX, empregado em igrejas baianas. O velho Marback comprou este papel em duas ocasiões, gastando uma vez 60§000 (28) e, na outra, 42§000 (29), sinal de que tal papel-tapete já era encontrado nas lojas baianas e utilizado na decoração das casas, antes de sê-lo nas igrejas. Veio evidentemente com a abertura de casas de mobílias de origem francesa e inglesa que, depois da abertura dos portos brasileiros, instalaram filiais na Bahia, transformando assim aos poucos o gosto lusitano que até então cuidava muito pouco da decoração do interior de suas casas. E, aos poucos, contribuiu também para transformar o interior dos templos baianos. Assim se explica que, em 1887, revestiram as paredes da capela-mor de São Domingos com tal papel-tapete (30). Esta decoração não se propagou muito e só atualmente está se propagando mais, devido, evidentemente, às dificuldades resultantes da traça, inexistente em países nórdicos.

O homem nórdico é obrigado a passar mais tempo dentro de sua casa do que fora, no jardim ou na varanda, que são os lugares preferidos em clima tropical e subtropical; e é por isso que os interiores das casas nórdicas são mais enfeitadas com tapetes no chão, cortinas nas janelas e papel-tapete nas paredes.

Todo o material de construção foi adquirido pessoalmente pelo dono, Henrique Samuel Marback; as compras de aguarrás, de brochas e pincéis, de óleo e cimento foram feitas todas por ele e na Firma Gantois, outro nome de família estrangeira, até hoje conservado na Bahia (31). Foi o pedreiro Antonio Joaquim e seu companheiro Gaspar que raspam as paredes da casa da Baixa do Bonfim, gastando sete barricas (em que então se vendia o cimento) de cimento para fechar as fendas, anteriormente fechadas apenas com massa na base de cal. O cimento era então empregado pela primeira vez.

Antonio Marques da Rocha foi o mestre-de-obras que dirigiu as obras de restauração em janeiro de-1858, trabalhando com os carpinteiros Calisto, Domingos e Manoel (33). Ele encarregou Martetiano da Cruz do trabalho de calafetar as fendas entre os taboados dos assoalhos, cobrando por este trabalho 80§000 (34). Daí se pode concluir novamente que os Marback não desprezavam os velhos taboados de vinhático, cujas fendas e rachaduras se fechavam com breu. Encerado o chão e coberto

em grande parte por tapetes, nem se iam perceber tais defeitos.

E assim se economizava em todas as obras de restauração, nas quais se gastaram apenas 1.971\$000, não por falta de dinheiro e sim devido a intenção de conservar o mais que possível o aspecto antigo e modesto do Solar. Somando a estas despesas à de sua aquisição, 2.000\$000, a casa foi um excelente negócio. Além do mais, sabemos que, em 1828, já tinha sido vendida por 4.800\$000; mas, no ínterim, a moeda brasileira, em 1858, já tinha sofrido uma desvalorização substancial. Aliás, ao preço total da casa, ainda se devem acrescentar vários atrasados de impostos e de arrendamento do terreno.

Provavelmente foi na segunda parte de 1858 que os Marback ocuparam o Solar da Baixa do Bonfim, no começo, talvez, apenas para passar o fim da semana e o tempo quente do verão. No início, o povo deve ter chamado o Solar a **Casa do Inglês** ou **do gringo**, para se firmar, no decorrer dos anos, o nome de **Solar Marback**.

O interior da Casa tomou um aspecto estrangeiro devido às mobílias que a Firma Steffen e Cia. forneceu por 578\$800, constando de um sofá, quatro poltronas, doze cadeiras e duas mesas (35). As mobílias dos quartos de dormir certamente vieram da casa dos Marback da Cidade.

O velho Henrique Samuel Marback passou neste Solar seus últimos anos de vida, pois não desejava voltar à Inglaterra.

Depois da morte de Henrique Samuel Marback, seu filho, Samuel Augusto Marback era quem cuidava da conservação da casa na sua forma antiga. Ele tinha uma fábrica de sabão (36), atividade prosaica, mas que dava lucros certos e herdara uma boa fortuna do pai que lhe permitiu mobiliar com gosto o Solar da Baixa do Bonfim. Algumas coisas, no decorrer dos anos, foram modificadas. Assim, o porão da casa, antigamente ocupado pelos escravos, dava aos poucos lugar aos empregados. A cozinha funcionava no andar térreo, mas a sala de jantar, no primeiro andar, um **elevador**, movimentado por mãos de cor, resolvia o problema, sem ser preciso subir escadas.

Entravam mobílias novas no Solar, mas já não compradas em firmas estrangeiras, como no tempo do pai; o filho já era todo baiano e encomendou um **grupo** de cadeiras tipicamente brasileiro a um dos melhores marceneiros daquele tempo, Manoel Vitorino que tinha sua oficina na Preguiça (37). Temos assim mais um documento precioso sobre cadeiras fabricadas por Manoel Vitorino; acrescentando àqueles que encontramos em arquivos de igrejas baianas, já temos o suficiente para escrever um artigo sobre este marceneiro, coisa rara no campo de mobílias, de que há poucos documentos.

Obras de restauração no telhado e nas janelas sempre eram necessárias; mas não se modificavam os aspectos da casa.

Um marceneiro anônimo, certamente por inspiração do dono da casa, tentou criar, no Salão Nobre, um teto em perspectiva, só o conseguindo em forma longitudinal, não lateral. O artífice não compreendeu bem o que era teto em perspectiva. De qualquer maneira era uma novidade na Bahia, onde também nunca se fizeram tentativas de encomendar grades de ferro em perspectiva, tão apreciadas em outros países. Vem a ser confirmada mais uma vez uma das minhas teses sobre as artes plásticas na Bahia; não se desenvolveram melhor, não por falta de bons técnicos, mas por não receberem inspiração de novas idéias por seus empregadores.

A Sala de comunicação entre ambos os **Consistórios** do Solar-Igreja recebeu um teto de madeira; mas esta não foi pintada à maneira baiana, mas apenas envernizada, outra influência nórdica, que faz se apreciarem madeiras de fibras vistosas, como sucupira, **São Sebastião de Arruda** e outras.

Não consta do arquivo do Solar quando foram feitas estas duas obras.

Chegamos ao fim da história do Solar Marback. É claro que ainda se fizeram muitas restaurações na casa nas gerações seguintes; mas isso já não interessa, pois conservaram as formas antigas do edifício. E só homens inteligentes iam fazer isso, pois estes **Consistórios** de igreja eram varandas boas, mas criavam o problema dos aposentos internos sem ventilação e por isso sem bom aproveitamento. Numa família de poucos filhos era possível tal desperdício de espaço; em família grande não teria sido viável uma solução dessas a longo prazo. Teriam sacrificado ao menos um dos **Consistórios** e transformado em amplo dormitório para os filhos. Mas a casa teria perdido seu aspecto primitivo e pitoresco.

A família Marback, sem dúvida, fez algumas modificações na decoração interior, não perceptíveis porém a um leigo; como o teto em perspectiva, o forro envernizado, papel-tapete nas paredes, **elevador** de cozinha e algumas cozinhas a mais. Entretanto, aí se trata de inovações e aculturações, também observadas nas últimas gerações baianas em casas modernas onde a influência estrangeira torna-se cada vez maior. Os arquitetos já não estudam folclore (como deviam) e assim a cultura baiana, tão tipicamente regional, aceita aos poucos, tantos elementos culturais importados que está desaparecendo a antiga casa regional, apenas de paredes caiadas, com janelas e portas pintadas de azul. Só no sertão baiano ainda se encontram tais casas e lá apreciamos a sua beleza de formas simples e cores vivas, com telhado vermelho; tudo isso colocado num ambiente tropical de céu azul, coberto de nuvens brancas,

emoldurado pelo verde-escuro da vegetação tropical exuberante, apresenta um conjunto tão agradável que desejamos morar numa casa dessas.

Na Bahia não há muitas casas mais antigas em estilo estrangeiro. Encontramos, porém, alguns telhados em forma ogival como se esperassem ter que sustentar camadas pesadas de neve. Os seus donos foram pessoas que não se adaptaram à sua nova pátria, onde não cai neve, onde telhados altos são ~~fornos~~ inaproveitáveis para a habitação. Só homens inteligentes ou etnólogos não cometem tais erros; eles se adaptaram ao novo ambiente cultural e climático, imitando as formas arquitetônicas locais, experimentadas por muitas gerações.

O Solar Marback é, pois, um monumento da aculturação de homens nórdicos frios ao clima e ambiente cultural quente da Bahia.

## ANOTAÇÕES

- (1) "Escritura da venda, paga e quitação, que fazem Luiz da Penha França e sua mulher Anna Luisa de Santo Antonio ao Coronel Francisco Maria Sodré Pereira de hum sobrado de dous andares no principio da ladeira do Senhor do Bomfim pelo preço e quantia de rês quatro contos e oitocentos mil reis, pagando o comprador acima como abaixo se declara a folhas cento e oitenta e quatro verso. Saibão quantos este instrumento de escriptura de venda, paga e quitação virem que sendo no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e oitocentos e vinte e oito aos dez dias do mez de Maio do dito anno nesta Leal e Valoroza Cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos e meu escriptório, comparecerão partes a esta outorgante havidas e contractadas a saber como vendedores Luiz da Penha França, e seu mulher Anna Luiza de St. Antonio, que as testemunhas abaixo assignadas me certificarão serem as proprias, e como comprador o Coronel Francisco Maria Sodré Pereira, reconhecido de mim Tabellião, e pelos vendedores foi dito que elles são legitimos senhores, e possessores de hum sobrado de dous andares no principio da ladeira do Senhor do Bomfim em terras de D. Joanna Theodora Soares Serpa a quem paga de renda annualmente seis mil e quatrocentos reis, e a quem já apontaram a preferencia na venda, tendo em resposta que a não queria e que da mesma forma que o estão possuindo livre, e desembargado o vendem como com effeito tem vendido ao comprador pagando este acima pelo preço de quatro contos e oitocentos mil reis, sendo os pagamentos feitos pela maneira seguinte: dois contos e quatrocentos mil reis que neste acto receberão os vendedores em moeda corrente, e de cuja quantia disserão davão ao comprador, pura, geral, e irrevogável quitação para não a repetirem em tempo algum por ficarem della pagos, e os outros dous contos e quatrocentos mil reis a pagar da data desta a doze mezes, passando o comprador huma letra da mesma quantia, e com o mesmo prazo, e endoçado por duas



Firmas a contento delles vendedores, para ser paga em moeda do Rio de Janeiro, ou em nota da Caixa do Desconto desta Cidade, obrigando-se elles vendedores, como se obrigão, a dar hum fiador a contento do comprador, a respeito de seiscentos mil reis do patrimonio que existe no referido sobrado a respeito do seu filho, o Reverendo Antonio da Costa Baptista, e assim havião por muito bem vendido o sobredito sobrado, e por isso tirarão, e dimitirão de si todo o direito, acção, posse, senhõrio, dominio util, que nelle tinhão e possuíam porque tudo desde já investem na pessoa do comprador, seus herdeiros. e successores para que o gozem mansa, e pacificamente, como coisa sua propria, que já né, e fica sendo por virtude deste instrumento, pelo qual lhe dão poder, e lugar, que por elle somente, e sem mais authoridade de Justiça possa tomar, e como com effeito toma posse do supradito sobrado, e que o tome, quer não, elles vendedores lh'o hão por dado, e no comprador por incorporado, pela clausula constituti, posse real, actual, corporal, civil, natural, que em si poderá reter, e continuar livremente para sempre, assim como elles vendedores o fazião, e melhor, se em direito puder ser, e se obrigão a fazer sempre boa esta venda de paz, livre, e desembargada de toda a pessoa ou pessoas que duvidas ou demandas lhe movão, porque a todos se darão por authores, e defensores à sua propria custa, e despeza até ser findo tudo, e acabado, e o comprador restituído a sua posse pacifica, e succedendo o contrario lhe tornarião a dar o seu dinheiro, preço desta venda, e lhe pagarão todas as bemfeitorias, que houver feito, que serão avaliadas na forma da Ley. E pelo comprador foi dito, que acceitava esta Escripura e elle feita com todas as cláusulas, condicoens e obrigaçoens della. É finalmente por ellas partes, cada huma no que toca, foi dito mais, que se obrigarão a ter, manter, cumprir, e guardar esta Escripura, como nella se contém, e declara, sem que jamais a revoguem reclamem, ou contradizão por si, nem por outrem, por ser em tudo de sua livre vontade feita. Em fé de verdade assim o outorgarão, e me requererão lhes fizesse este instrumento nesta Nota, em que assignarão, pedirão, e acceitarão, para se lhes dar os treslados de estilo com o theor do conhecimento de siza, que se segue. Numero novecentos trinta e hum. A folha cincoenta e cinco verso do Livro quarto de Sizas dos bens de raiz fica carregado o recibo ao Thesoureiro Domingos Pereira de Aguiar a quantia de duzentos e quarenta mil réis que se pagou da casa constante de bilhete retro. Bahia em Camara quatorze de maio de mil oitocentos e vinte e oito. Antonio Lopes de Miranda//Domingos Pereira de Aguiar. E não se continha mais coisa alguma em o dito conhecimento, que fielmente aqui copiei, e forão testemunhas presentes as abaixo assignadas com os outhorgantes, depois de lida esta perante todos por mim José Joaquim da Costa Amado, Tabellião, que o escrevi.//Luiz da Penha de França // Anna Luiza de Santo Antonio // Francisco Maria Sodrê Pereira" (Arquivo particular do Solar Marback, fos. 4r-6v).

- (2) Veja a escriptura anterior.
- (3) Arquivo do Convento do Carmo da Cidade do Salvador, Despesa 1808-1814, fo. 73r.
- (4) Ibidem, Despesa 1845-1848, pág. 134.
- (5) Ibidem.
- (6) Arquivo da Ordem 3<sup>a</sup>. do Carmo da Cidade do Salvador, Livro segundo da Receita e Despesa da nova Capela da Ven. Ordem 3<sup>a</sup>. de N.Sra.do Monte do Carmo, fo. 32.
- (7) Certidão passada a requerimento de Samuel Augusto Marback, com os teores ao diante transcriptos. José Olympio Gomes de Souza, Escrivão vitalicio do primeiro officio do Juizo de Orfãos nesta Leal e Valeroza Cidade de São Salvador Bahia de Todos os Santos, e seu Termo por Sua Magestade Imperial, e Constitucional, que Deus guarde, etc. Certifico aos que a presente virem por mim subscripta, e assignada, que no meo Cartorio do dito officio se processarão, e existem os autos civis de Inventário, e partilha dos bens da falecida Dona Joanna

Theodora Soares Serpa, principiado e concluido com sua filha Dona Ignacia Joaquina Soares Serpa. e nos mesmos autos, nos quinhões dos herdeiros Dona Thereza Soares Serpa, Dona Carolina Filipa, e Dona Guilhermina Soares Serpa, consta que nas quarenta, e quatro braças de terra, que occupa a casa que foi do finado Sodré, e hoje hé de hum inglez, na Calçada do Bomfim, descriptas a folha trinta e quatro verso, e avaliada cada huma a trinta mil réis, derão à herdeira Dona Thereza, quatorze ditas por quatrocentos e vinte mil reis, à herdeira Dona Carolina, nas mesmas terras, derão-lhe quinze braças por quatrocentos e cincoenta mil reis; e à herdeira Dona Guilhermina, nas mesmas quarenta e quatro braças de terra, que occupa a casa, que foi do finado Francisco Maria Sodré Pereira, e hoje hé de hum Inglez na Calçada do Bomfim, a folha trinta e quatro verso, avaliada cada braça a trinta mil reis, e todas por hum conto, trecentos e vinte mil reis, derão-lhe quinze braças por quatrocentos e cincoenta mil reis. Julgo a partilha por Sentença, mando se a cumpra, e guarde, e como nella se contém pagas as custas em proporção. Bahia desesette de Settembro de mil oitocentos quarenta e sete. Francisco Liberato de Mattos. Nada mais se continha em as ditas cotas, Sentença, que fielmente fiz copiar por Certidão (que) vae por mim subscripta e assignada

1 nesta Leal (e valorosa) Cidade da Bahia (aos) vinte quatro dias do mez de Novembro do corrente anno de mil oitocentos e cincoenta e sete" (Arquivo particular do Solar Marback, fos. 10r-11r).

(8) "Recibo - 1857 - das rendas da terra do Bomfim.

Recebi do Illmo. Sr. Sainuel Augusto Marback vinte seis mil cento trinta e tres reis que na partilha dos bens de minha falecida mãe D. Joanna Theodora Soares Serpa a que se procedeu no anno de 1847, pelo Cartório do Escrivão José Olympio Gomes de Souza, me tocou de cotta dos annos que de arrendamento da terra devia o Coronel Francisco Maria Sodré Pereira, depois seus herdeiros, e hoje o refferido Senhor acima, como comprador da cada e bemfeitoria, e dono actual, de quem recebo a quantia acima dita e por nesta occasiam achar-me inteirada, paga e satisfeita da minha cotta, pedi a um sobrinho José Malaquias Soares Serpa este por mim fizesse no qual tão somente me assigne.

Bahia 2 de novembro de 1857

José Malaquias Soares Serpa - .....Victoria Soares Serpa" (Arquivo particular do Solar Marback, fo. 118r).

"Recebemos do Illmo. Sr. Samuel Augusto Marback a quantia de noventa mil cento e tres reis do arrendamento que devião os herdeiros do Coronel Francisco Maria Sodré Pereira, da terra em que tinhão casa e mais bemfeitorias na calçada do Bomfim, cujas terras nos tocarão na partilha dos bens de nossa avó paterna D. Joanna Theodora Soares Serpa, precedida pelo Cartorio do Escrivam Olympio Gomes de Souza no anno de 1847; assim como a cotta, parte que na mesma partilha nos tocou de divida activa anterior ao arrendamento da mesma terra e por achar-nos pagos e satisfeitos passamos o presente recibo de comum.

Bahia 2 de Novembro de 1857

José Malaquias Soares Serpa

Dr. Ignácio José da Cunha

Thereza Leopoldina Soares Serpa

Carolina Filipa Soares Serpa" (ibidem, fo. 8r).

(9) Ibidem, fos. 12r-17v.

(10) Veja em cima a anotação Nr (1).

(11) "Certificado Consular

Eu abaixo assignado certifico em como a inscripção nos Livros deste Consulado, como subdito britanico do Senhor Samuel Augusto Marback, foi feita pelo punho de seu Pae, e Senhor Henrique Samuel Marback, sob o nu-

mero cento e quatro, aos vinte dous de Agosto de mil oitocentos e quarenta e seis, com declaração de ser o primeiro menor nesta dada. Outrossim certifico que revendo os respectivos Registros, não consta que o Senhor Samuel Augusto Marback, em sua maioridade como nascido neste pais, haja se inscripto como subdito de Sua Magestade britanica em data alguma posterior a acima fica citada ou que por outra qualquer forma haja elle patenteadado desejo de ser reconhecido como tal, antes do contrário, pelo que não é elle tido por este Consulado como subdito britanico. Em fé de que lavrei e assigno o presente, sellado com as armas deste Consulado britanico. Bahia 22 de Maio de mil oitocentos e sessenta e seis. John Chas. Morgan ..... Consul" (Arquivo particular do Solar Marback, fo. 125r-v).

(12) "Pública forma de documentos da Sociedade Melo e Robertson

Theofilo de Melo se justificando perante o Juiz Municipal — legitimo liquidante da Caza Melo Robertson e Companhia — a respeito da caza hoje pertencente a Samuel Augusto Marback.

Documentos

Illmo. Snr. Doutor Juiz Municipal da Segunda Vara — Diz Theofilo de Mello, herdeiro, e representante de seu finado pay o Comendador Manoel José de Mello, Negociante matriculado na Praça do Comércio, que tendo seu finado pay uma sociedade, que girava em nome de Mello, Robertson e Companhia, teve esta de executar a um seu devedor Francisco Maria Sodré Pereira, por Escriptura publica de hypotheca; penhorou em virtude della uma propriedade de sobrado à calçada do Bomfim, a qual correndo as praças de estillo por falta de lançador, foi adjudicada à mesma Sociedade; mas acontece, que estando esta Sociedade por liquidar-se desde a morte do Pay do Supplicante até o presente, não há socio algum, que o possa fazer por serem todos fallecidos; competindo ao Supplicante como herdeiro, e único representante daquelle Mello, extincto sócio, a liquidação da mesma Sociedade em tempo competente. E porque deve em virtude do exposto entrar na posse civil, e natural da propriedade adjudicada à referida Calçada do Bomfim, assim como dos objetos da Sociedade, e esta se acha em poder de Antonio Alves Guimerães, vem o Supplicante requerer a Vossa Senhoria se digne mandar dar-lhe posse da caza por dous officiaes de Justiça que intimarão ao dito Alves Guimarães por ordem de quem se acha nella, por que preço e desde que tempo, ficando a questão da liquidação para depois e para o Juiz competente" (ibidem, fo. 20r-v).

Entre os documentos exigidos pelo Juiz, consta o seguinte:

"Certifico que em meu poder se achão uns autos de execução de Sentença, entre partes, a saber como Author exequente Tomaz Robertson, como sócio liquidante da Caza Social de Robertson, Mello e Companhia, contra os herdeiros do Coronel Francisco Maria Sodré Pereira, em cuja execuçam, a folhas cento e vinte e tres se acha proferida a Sentença de adjudicaçam de theor seguinte:

Sentença

Adjudico aos credores exequentes a propriedade penhorada pela avaliação folhas oitenta e tres, com o abatimento da Lei, pagas pelos executados as custas. Bahia vinte e seis de abril de mil oitocentos quarenta e hum. Thomaz Xavier Garcia de Almeida" (ibidem, fo. 26r-v).

(13) "Contas das despesas judiciaes que fiz com dinheiro recebido do Senhor Samuel Augusto Marback afim de tomar posse duma caza cita no principio da ladeira do Bomfim, penhorada ao Coronel Francisco Maria Sodré Pereira por execução de Robertson, Mello e Companhia na qual me habilito como Inventariante e liquidante do Casal do meu finado Pai o Senhor Manoel José de Mello".

São enumeradas primeiro todas as despesas judiciarias. Seguem depois as

despesas para tomar posse da casa, sendo aí mencionada a despesa de 20\$000 ao Escrivão "por ir ao Bomfim dar-me posse da casa" (ibidem, fo. 108v), como 4\$000 pela "cadeira que me conduziu" (ibidem), tratando-se evidentemente de cadeira de arruar. No fim ainda consta que foi preciso "levantar andaime para se escorar a propriedade, de que se trata, visto ameaçar ruína" (ibidem, fo. 109r). A soma total das despesas foi de 1.213\$284 (fo. 109r). No fim, o dito documento é datado e assinado: "Bahia 27 de julho de 1857. Theofilo de Mello" (ibidem, fo. 109r).

(14) Ibidem, fo. 109r.

(15) "Contracto de cessão que fez Theofilo de Mello ao Sr. Augusto Marback

Tenho contractado com o Sr. Samuel Augusto Marback de lhe ceder, como de fato lhe faço desde já cessão de todas as minhas dividas por cobrar, e as que estão em litigio com Sentenças e sem ellas de diversos devedores que declara os meos formaes de partilha tanto de Pay e Mai os Senhores Manoel José de Mello e D. Cecília Maria de Mello, assim como o que se liquidar do que me pertença da Sociedade da Casa de Comercio da Firma de Mello, Robertson e Companhia, tanto em Londres como na da Bahia. e de que particularmente me pertence da dívida (já em andamento por Libello na Cidade de Caxoeira, Cartorio do Escrivam Cunha) do falecido Coronel Manoel Ignacio de Lima, hoje seus herdeiros. Ficando o Sr. Samuel obrigado por esta cessão, e hum documento que ao fazer desta recebí, a dar-me setenta mil reis mensaes e cem mil reis por anno enquanto eu vivo for, e depois da minha morte os meus herdeiros nada terão de aver do mesmo Senhor pois faço isto de muita minha livre vontade e no meu perfeito juizo e quero que este contracto valha como Escriptura Pública em juizo e fora delle. O contractante ha de se e se obriga passar a cessão judicialmente nos autos ou nos formaes de partilha quando convier e pedir o mesmo Sr. Manoel, menos das dividas já pagas e recebidas as quantias consta das notas nos referidos Formaes de partilha e de autos já finidos. Para valimento e firmeza deste contracto até valizar judicialmente a cessão fiz esta de meu punho, de muito minha livre vontade, sem constrangimento algum, assignarão comigo as testemunhas.

Bahia 5 de outubro de 1855

Theofilo de Melo

Como testemunhas

Francisco Candido Rodrigues de Castro

Joaquim Antonio Moutinho" (Ibidem, fo. 51r)

Deste contrato foi registrada escritura pública (ibidem, fo. 52v).

"Copia do contracto que fez Samuel com Theofilo de 60\$000 mensaes

Eu abaixo assignado declaro que tenho tractado, e contractado com o Senhor Theofilo de Mello de lhe pagar a quantia de setenta mil reis mensaes e mais cem mil reis annual (!) da maneira que convier o dito Senhor receber, enquanto o mesmo Senhor viver, ficando assim eu, e meus herdeiros obrigados a cumprir sem que sobre isso possa haver falta minha ou de meos herdeiros, visto que hé um contracto, e restrita obrigação que os meos herdeiros anuirão, e da minha parte obriga todos os meos bens havidos, e por haver, e os meos herdeiros farão o mesmo, por ser huma divida minha das mais sagradas, e para verificar, ou justificar o que acima declaro, assignarão duas testemunhas alem de meos Paes, certo de que com a morte do Sr. Theofilo de Mello cessará (!) os ditos pagamentos mensaes, e annual, sem que outra pessoa de mim possa exigir quantia ou cousa alguma nem dos meos herdeiros.

Bahia 5 de outubro de 1855

Samuel Augusto Marback

Como garantia do nosso Filho

Hênrique Samuel Marback

Augusta da Silva Marback

Como testemunha Jeronimo Fernandes Pereira

Como testemunha que vim assignar Rafael Aricani" (ibidem, fo. 54r)

"Lembranças para o futuro se forem precisas

Escritura publica de Theofilo de Mello de todos os seus bens havidos dos seus pais ao Sr. Samuel Augusto Marback em 20 de novembro de 1855" (no Tabelião Feliciano José Falcão Junior) (ibidem, fos. 62r-63v).

"Publica forma e declaração

Theofilo de Mello declara que comquanto tenha elle requerido na execução de Mello Robertson e Companhia em nome delle contra os herdeiros do Coronel Francisco Maria Sodré Pereira, investindo-se no cargo de liquidante, todavia é feito por conta de Samuel Augusto Marback a quem pertence a mesma execução pela cessão por Escripura Publica que fez na Nota do Tabelião Interino Feliciano José Falcão Junior serv... vitalicio de Rodrigues da Costa em 20 de novembro de 1855 e por elle forão pagas sizas da primeira avaliação a razão de 14.000\$000 e tudo mais despesas como se declara pelo Samuel Augusto Marback.

Bahia, assignado 3 de setembro de 1857

sinal publico Francisco Rodrigues Mendes" (ibidem, fo. 62r)

"Nos autos da Casa do Bomfim que se achão em poder de Samuel Augusto Marback em lugar de estarem no Cartório do finado Xavier da Costa verá que a avaliação da mesma casa foi avaliada por ordem do Juiz com os peritos da Lei e teve a avaliação de dous contos de reis em consequência do estado ruinoso em que se achava a dita casa, logo assim tendo pago siza sobre a antiga avaliação em questão de 14.000\$000 e rendas de terra e mais despesas atrasadas verá que sobrou da ultima avaliação da casa de 2.000\$000 a quantia de 600\$000, tirando desta quantia o que tocar a Theofilo e D. Lucrecia, pouco sobejará" (ibidem, fo. 62v).

"Escritura publica de D. Lucrecia Henriqueta de Melo Bocaciara em 16 de novembro de 1855 ao Samuel Augusto Marback" (ibidem, fo. 62r)

"Nova avaliação quanto tomou posse

Nos autos do Bomfim digo da casa que dei ao Samuel para guardar em lugar de estarem no Cartório do defunto Xavier da Costa, verá que a avaliação da mesma casa foi avaliada por ordem do Juiz Navarro com os peritos da Lei e teve a avaliação de dous contos de reis em consequencia do estado de ruina em que se achava. Logo assim tendo Vossa Senhoria pago a siza e rendas da terra, tendo sido a siza sobre a antiga avaliação de reis 14.000\$000 questão do Sr. Mello-Robertson com a casa Sodré, logo assim a siza e mais despesas vinha quasi inteirar os 2.000\$000 da avaliação ultimamente, sendo os herdeiros Theofilo e D. Lucrecia de cujos Vossa Senhoria tem Escripura passada que lhe pertence o que herdarão dos seus pais. Tendo também pago renda da terra 27 annos que hoje lhe pertence tal terra comprada a Malaquias Serpa e Familia como donos da mesma terra.

Pagou a siza sobre a primeira avaliação de 14.000\$000 .....1.337\$330

Inclusive 80 reis e Procurador 8 meses

3 de junho de 1863 - Decima por Mello-Robertson de 1847 a 1857 que Samuel pagou .....154\$750

João Vaz de Carvalho e mais herdeiros de Sodré

Samuel pagou de 1837 a 1846 .....168\$750

1.660\$830

Vem a ser o saldo da ultima avaliação rs. 339\$170 a favor de qualquer interessado ser a quantia acima tudo de Theofilo e de D. Lucrecia, os dous herdeiros, pertencendo ao Samuel" (ibidem, fo. 64r).

(16)"Recibos de Theofilo

Receby do Sr. Samuel Augusto Marback a quantia de sessenta mil reis proveniente do nosso contracto por Escripura Publica em 5 de Outubro de 1855 e por verdade passei o presente do meo punho. Bahia 1. de outubro de

1855.

60\$000 Theofilo de Mello

Receby do mesmo Senhor acima a mesma quantia de sessenta mil reis proveniente do que fica ditto, deste corrente mes. Bahia 1. de novembro de 1855.

60\$000 Theofilo de Mello

Receby do mesmo Senhor a mesma quantia de sessenta mil reis proveniente do nosso contracto do que acima fica ditto.

Bahia 1 de dezembro de 1855

60\$000 Theofilo de Mello

Recebi do mesmo Senhor a quantia de cento e vinte mil réis proveniente do nosso contracto dos meses de Janeiro e Fevereiro.

Bahia 1. de Fevereiro de 1856

120\$000 Theofilo de Mello

Receby do mesmo Senhor a quantia de sessenta mil réis proveniente do mes de março e conforme o nosso contracto.

Bahia 1. de março de 1856

60\$000 T. de Mello" (ibidem, fo. 57r)

(17)+ Recibo 1857 - Theofilo de Mello - 32.000\$000 - herança da França

Receby do Sr. Samuel Augusto Marback a quantia de trinta e dous contos de reis por adiantamento que me fez do legado de cem mil francos que me deixou meo tio o Senhor Joze de Mello, fallecido em Versailles, para recebimento do qual passei uma Procuração ao Sr. Henrique Samuel Marback, constituindo-o procurador em cauza própria para a quantia do referido adiantamento ao pagamento do qual fica obrigado o dito legado. Obrigando-me em todo o tempo passar-lhe a competente escriptura publica quando me for pedida.

Passei dous vales do mesmo theor e dacta. Bahia 12 de abril de 1856.

Rs.32.000\$000 Theofilo de Mello" (ibidem, fo. 59r

(18)Ibidem, fo. 62v.

(19)Ibidem, fo. 111r-v.

(20)Ibidem, fo. 111r-v.

(21)Ibidem, fo. 114r.

(22)Ibidem, fo. 111r-v.

(23)Ibidem, fo. 115r-116v.

(24)Ibidem, fo. 117v.

(25)Ibidem, fo. 124r.

(26)Ibidem, fo. 123r.

(27)Ibidem, fo. 123r.

(28)Ibidem, fo. 113r.

(29)Ibidem, fo. 120r.

(30)Arquivo da Ordem 3ª. de São Domingos, Atas de 1882-1896, pág. 46.

(31)Arquivo particular do Solar Marback, fo. 112r.

(32)Ibidem, fo. 122r.

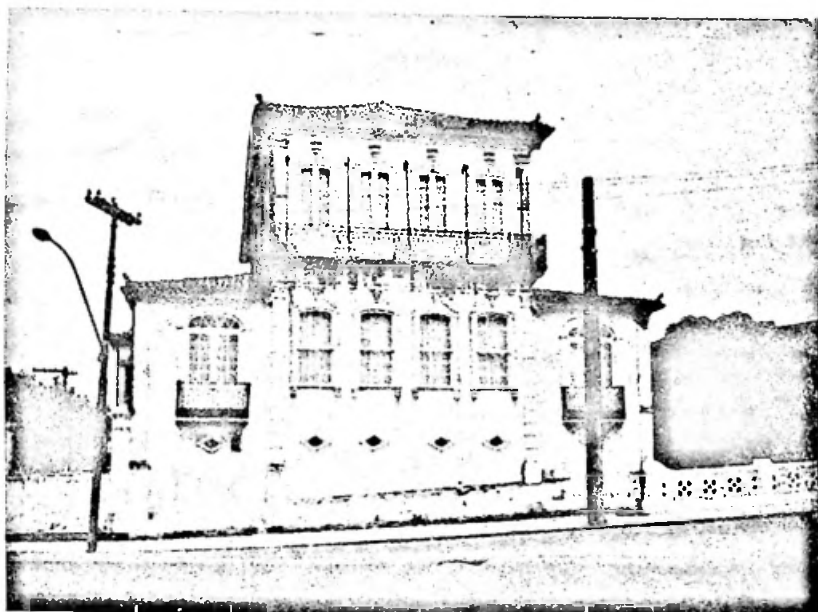
(33)Ibidem, fo. 122r.

(34)Ibidem, fo. 119r.

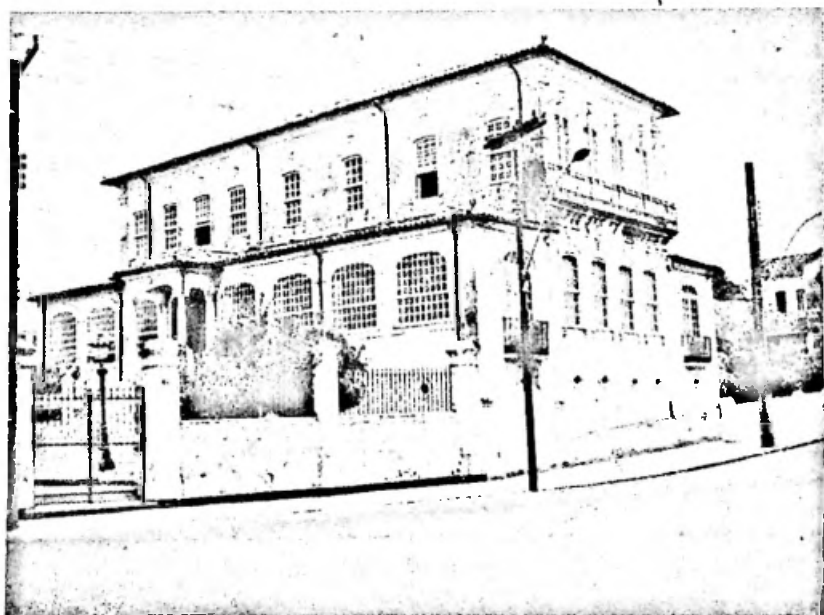
(35)Ibidem, fo. 121r.

(36)Cfr. Manoel Jesuino Ferreira, a Província da Bahia, Bahia 1875.

(37)Veja "Primeiro Centenário do nascimento de Manoel Vitorino Pereira, Bahia 1954, pág. 38.



Fachada da Casa Marback



Vista lateral da Casa Marback